



NATUREZA EM CHAMAS

Incêndios florestais batem novos recordes

“Pandemia de queimadas” avança no Cerrado, na Amazônia e na Mata Atlântica, com números que desafiam as autoridades

» IAGO MAC CORD*

As queimadas no Brasil superam as expectativas mais pessimistas. O número de focos, no mês que terminou ontem, deu um salto de 30% em relação à média do mês, segundo dados do Programa Queimadas (PQueimadas), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o que faz deste setembro o quinto pior da série histórica, que começou em 1988. Até domingo, foram registrados 82,1 mil focos.

O levantamento do Inpe projeta, ainda, que 2024 — com 209,2 mil incêndios mapeados — deve fechar com a maior quantidade de queimadas desde 2010, quando foram registrados 319,3 mil pontos de fogo. Em quantidade de queimadas, este ano fica atrás, somente, de 2005 (102,4 mil focos), 2010 (109 mil), 2004 (121,3 mil) e 2007 (141,2 mil).

Como consequência, os biomas brasileiros estão penando nesta “pandemia de incêndios”. No período de 1º de janeiro a 29 de setembro deste ano, o Pantanal e a Mata Atlântica apresentaram aumentos percentuais maiores que 100% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo os dados do instituto.

Com 18.302 focos registrados, a Mata Atlântica viu um aumento de 125% em relação a 2023, quando registrou 8.103 queimadas. É o pior número desde 2007, quando o ecossistema atingiu 18.488 focos. No Pantanal, a situação é ainda mais grave. Este ano, o bioma — caracterizado como úmido e hidricamente carregado — apresentou o maior aumento percentual de incêndios da história, de 1.431% em relação a 2023. Foram 773 incêndios de janeiro a setembro do ano passado, enquanto, neste ano, o número ultrapassa 11,8 mil focos.

As regiões mais afetadas pelas

queimadas foram as que comportam os biomas mais devastados. Ainda de 1º de janeiro a 29 de setembro, o Centro-Oeste contabilizou 63,8 mil focos de fogo. Essa foi a região que registrou o maior aumento percentual — 243% em relação ao mesmo período de 2023 (18,5 mil). O estado que mais sofreu com as queimadas foi Mato Grosso, contabilizando 45,7 mil focos. Isso corresponde a 71,7% de toda a região, e um aumento de 219% em relação ao ano passado.

Logo atrás vem o Sudeste, superando 19,7 mil focos em 2024, um aumento de 197% em comparação com 2023. São Paulo, com 7.873 registros, foi o estado que apresentou o maior aumento percentual em relação ao ano anterior: 429%. Minas Gerais, por sua vez, registrou a maior quantidade de incêndios em números absolutos no Sudeste, com 10,1 mil focos, equivalente a 51,7% do total da Região.

A atuação dos governos federal e estaduais no combate aos incêndios está “longe de ser suficiente”, de acordo com a coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima e ex-presidente do Ibama, Suely Araújo. “A presidência da República poderia estar liderando os governos estaduais, que são responsáveis pelo controle das autorizações prévias para uso do fogo em atividades agrícolas, uma das regras mais descumpridas do país, prevista há 90 anos”, ressaltou.

Para Araújo, é necessário que os esforços de prevenção e mitigação de danos sejam intensificados em 2025. Ela destaca que o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas “têm limitações de recursos e de pessoal, mas tem tentado fazer a parte dele”. Já o ministro da Agricultura, segundo ela, deveria “estar usando sua liderança

CBMGO/Divulgação



Incêndio na região da Chapada dos Veadeiros: o Centro-Oeste é a Região que apresentou o maior aumento percentual de focos de queimadas



É preciso intensificar esse esforço, valorizando muito mais a prevenção em relação ao que tem ocorrido e a execução de todo o orçamento disponível, durante todo o ano. Vários outros atores do governo federal deveriam estar atuando com mais vigor*

Suely Araújo, coordenadora do Observatório do Clima

para orientar os produtores rurais a não usar o fogo”, no lugar de “focar nas regras europeias voltadas a assegurar a origem

correta dos produtos”.

“É preciso intensificar esse esforço, valorizando muito mais a prevenção do que tem ocorrido

a execução de todo o orçamento disponível, durante todo o ano. Vários outros atores do governo federal deveriam estar atuando com mais vigor”, afirmou.

Princípio da precaução

Em meio a este cenário, a ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA) Marina Silva afirmou que desde o início do Lula 3, o governo evitou um quadro que poderia ser pior em relação às secas e aos incêndios. Ela ressaltou que “o desmatamento estava crescendo, quando o presidente Lula assumiu o governo,

em 80%. Não só nós paramos essa ascendência, como conseguimos empurrá-la para baixo não só na Amazônia, como agora, no Cerrado, onde o desmatamento está caindo há cinco meses”.

Com isso, a ministra concluiu que o cenário de queimadas estaria “incomparavelmente pior” se tivesse “a boiada passando”. Para ela, a situação atual mostra a necessidade de intensificar os esforços para evitar um quadro ainda pior em relação às mudanças climáticas. “Não só na gestão do desastre, mas na gestão do risco a partir do princípio da precaução”, declarou.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Mais de 4 milhões de crianças estão fora das creches

» VITÓRIA TORRES*

Em 2023, cerca de 4,5 milhões de crianças de 0 a 3 anos se enquadravam nos critérios de priorização para acesso à creche, por serem consideradas vulneráveis e, por isso, deveriam estar na frente da fila por vagas em instituições especializadas. Esse número representa 45,9% do total de 9,9 milhões de crianças brasileiras nessa faixa etária, de acordo com o Índice de Necessidade de Creche Estados e Capitais (INC). O levantamento é da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal em parceria com a consultoria Quantis, e busca apoiar o planejamento de políticas públicas para garantir o acesso a educação infantil no país.

Essas crianças vivem, na sua maioria, com famílias em situação de pobreza, monoparentais, nas quais o cuidador principal trabalha ou poderia trabalhar caso houvesse disponibilidade de vagas em creches ou lares de crianças com deficiência. A falta de vagas impacta diretamente o desenvolvimento infantil e a autonomia de muitas famílias, especialmente aquelas em que a mãe ou outro

responsável precisa de apoio para voltar ao mercado de trabalho.

O objetivo do estudo é quantificar a demanda e apoiar a formulação de políticas públicas que promovam o acesso à creche, considerado essencial para o desenvolvimento infantil. “A nossa ideia é estimar essa população que poderia se beneficiar do acesso à creche, chamando a atenção de que essa necessidade é diferente para cada um dos territórios”, explicou Karina Fasson, gerente de Políticas Públicas da fundação.

O estudo apontou que, no Piauí, 53,1% das crianças de 0 a 3 anos necessitam de creches — o maior percentual entre os estados. Em contrapartida, Rondônia aparece com a menor porcentagem, 32,6%. Entre as capitais, Salvador lidera negativamente, com 61,7% de crianças nessa faixa etária em condições de vulnerabilidade e com necessidade de creche, enquanto Porto Velho apresenta o menor índice, com 32,2%. O Distrito Federal ocupa a 6ª posição entre as unidades federativas com menor dificuldade de acesso a instituições especializadas, com

Kindel Media/Reprodução



41% das crianças nessa situação. “Com base nisso, é possível que os territórios possam planejar a expansão da creche”, disse Karina. Procurada pelo **Correio**, a Secretaria de Educação do Piauí não comentou os números. A Secretaria de Educação do Distrito Federal informou, por sua vez, que tem 31,2 mil crianças

matriculadas em creches. A fila de espera, hoje, no DF, tem 9,4 mil crianças.

A educação infantil não é uma etapa obrigatória no Brasil, na qual o ensino é assegurado pelo Estado apenas para crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade. No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em 2022, que

é dever do Poder Público garantir a oferta de vagas em creches, assegurando o direito das famílias à matrícula dos filhos. Essa decisão judicial reafirmou a urgência do país em cumprir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que define objetivos a serem alcançados até 2025. Uma das principais

é matricular metade das crianças com até 3 anos nas creches, mas, atualmente, esse percentual está em apenas 37,3%.

De acordo com o INC, 13,2% das crianças brasileiras com menos de 3 anos vivem em situação de pobreza, com famílias cuja renda mensal por pessoa é inferior a R\$ 218. A maior parte (25,7%) são crianças de famílias com cuidadores que trabalham ou que trabalhariam caso tivessem acesso a creches.

Fila de espera

Em 44% dos municípios brasileiros, há fila de espera para a pré-escola, deixando mais de 630 mil crianças de até 4 anos sem acesso a um ambiente fundamental para o desenvolvimento infantil. Os dados são do relatório *Retrato da Educação Infantil no Brasil*, divulgado em agosto pelo Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil) e o Ministério da Educação (MEC).

*Estagiários sob a supervisão de Vinicius Doria